

O outro lado da rua: dinâmicas familiares e afetivas para além do senso comum

Alex Sandro Lopes Cordeiro¹

Recebido em: 30/09/2024

Aprovado em: 20/02/2025

Resumo: Este artigo resulta de uma etnografia que analisa os vínculos sociais e afetivos, a habitação e a mobilidade de pessoas em situação de rua. O objetivo é compreender como essas pessoas mantêm ou rompem relações familiares e como constroem laços afetivos em um contexto em que a rua se torna seu espaço de habitação. A investigação se baseia em narrativas e trajetórias dos participantes, explorando suas circulações pela cidade, interações em espaços públicos, formas de trabalho, refeições coletivas e momentos de lazer. Por meio da análise dessas interações sociais, a pesquisa mapeia a mobilidade dos indivíduos e reflete sobre temas como família, corpo, trabalho, liberdade e urbanidade. Também problematiza a concepção da rua como espaço de habitação, considerando as habitações improvisadas e os conflitos inerentes a essas relações na paisagem urbana, além de reconhecer essas experiências como formas singulares de viver e fazer a cidade. A investigação se insere em um debate mais amplo sobre as experiências de grupos marginalizados nos centros urbanos, focando a dinâmica das relações sociais na rua, levando em conta corpo, espaço, objetos e os conflitos que emergem desse contexto.

Palavras-chave: moradores de rua; relações afetivas; famílias; mobilidade; habitação.

El otro lado de la calle: dinámicas familiares y afectivas más allá del sentido común

Resumen: Este artículo es el resultado de una etnografía que analiza los vínculos sociales y afectivos, la vivienda y la movilidad de personas en situación de calle. El objetivo es comprender cómo estas personas mantienen o rompen relaciones familiares y cómo construyen lazos afectivos en un contexto en el que la calle se convierte en su espacio de vivienda. La investigación se basa en narrativas y trayectorias de los participantes, explorando sus circulaciones por la ciudad,

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB), Coordenador-adjunto na Coordenação-Geral de Programas e Ações de Combate às Discriminações (CGPACD), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). E-mail: alexcsufma@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6724-5729>.

interacciones en espacios públicos, formas de trabajo, comidas colectivas y momentos de ocio. A través del análisis de estas interacciones sociales, la investigación mapea la movilidad de los individuos y reflexiona sobre temas como familia, cuerpo, trabajo, libertad y urbanidad. También problematiza la concepción de la calle como espacio de vivienda, considerando las viviendas improvisadas y los conflictos inherentes a estas relaciones en el paisaje urbano, además de reconocer estas experiencias como formas singulares de vivir y construir la ciudad. La investigación se inscribe en un debate más amplio sobre las experiencias de grupos marginados en los centros urbanos, enfocándose en la dinámica de las relaciones sociales en la calle, teniendo en cuenta el cuerpo, el espacio, los objetos y los conflictos que emergen de este contexto.

Palabras-clave: personas sin hogar; relacionaes afetivas; famílias; movilidad; vivenda.

The other side of the street: family and affective dynamics beyond common sense

Abstract: This article is the result of an ethnographic study that analyzes the social and affective bonds, housing and mobility of homeless people. The objective is to understand how these people maintain or break family relationships and how they build emotional bonds in a context in which the street becomes their living space. The investigation is based on narratives and trajectories of the participants, exploring their movements around the city, interactions in public spaces, forms of work, collective meals and leisure moments. Through the analysis of these social interactions, the research maps the mobility of individuals and reflects on themes such as family, body, work, freedom and urbanity. It also problematizes the conception of the street as a housing space, considering improvised housing and the conflicts inherent to these relationships in the urban landscape, in addition to recognizing these experiences as unique ways of living and creating the city. The investigation is part of a broader debate on the experiences of marginalized groups in urban centers, focusing on the dynamics of social relations on the street, taking into account body, space, objects and the conflicts that emerge from this context.

Keywords: homeless people; affective relationships; families; mobility; housing.

Introdução

Esta pesquisa é uma etnografia junto à População Adulta em Situação de Rua do Distrito Federal e São Luís (MA), que considera as trajetórias pessoais quanto ao uso da rua como meio de moradia, sociabilidades e subsistência. Todas as informações foram obtidas diretamente com as pessoas a partir do encontro com estas em calçadas, barracas improvisadas, praças, acampamentos temporários e permanentes nas vias públicas. Através de uma dinâmica cotidiana de trabalho, formação de grupos, troca de substâncias e objetos, o circuito – aqui compreendido como a extensão dos deslocamentos diários experienciados pela população de rua acompanhada

pela pesquisa – é igualmente marcado por um movimento entre idas e vindas às casas de amigos e familiares, espaços e instituições públicas de atendimento especializado. Nesse contexto, as doações de alimentos, dinheiro e objetos criam redes de solidariedade e maneiras particulares de vivenciar e conferir sentidos ao universo urbano que é tornado “habitável e familiar”. A investigação parte de uma tentativa de compreensão mais aprofundada das relações sociais entre as pessoas e as instituições que as acolhem, também pensando como essas configuram, modificam e são constituídas pelas suas relações estabelecidas nesses espaços públicos. A pesquisa aplicou um questionário semiestruturado, dando prevalência à sensibilidade metodológica da observação participante, através da qual, levando em consideração a heterogeneidade da população de rua, foi possível compreender e dialogar com as diferentes realidades presentes no cotidiano das ruas.

Os resultados dialogam com minha primeira pesquisa de campo, para a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), junto a um grupo autodenominado “moradores de rua” que viviam no Centro Histórico² da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão³. Quando analisei a circulação dessas pessoas em diferentes deslocamentos pela cidade, como ida às instituições filantrópicas e estatais, além dos momentos de trabalho, busquei mapear a circulação e traçar considerações sobre concepções de liberdade e mobilidade, pois as duas dimensões pareciam estar conjugadas⁴ – além de perceber um entendimento destoante da noção de autonomia para os sujeitos e instituições⁵. A partir dessa pesquisa, procurei inserir-me no debate acerca das experiências de determinados grupos na cidade, os moradores, habitantes

² Conjunto de casarões portugueses da época colonial, tombado, em 1999, pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. A região reúne equipamentos públicos e turísticos, assim como uma área residencial e comercial.

³ São Luís é uma cidade de 1.091.868 habitantes (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017), capital do Maranhão, Estado da região nordeste do Brasil. No meu trajeto diário, eu costumeiramente observava essas pessoas e notava formas de trabalho, doações de objetos e distribuição de sopas por instituições filantrópicas (Igrejas, ONGs).

⁴ Esses “moradores” circulavam por estacionamentos públicos das praças da região central da cidade, cuidando de carros estacionados – e trabalhavam também vendendo balas e descarregando caminhões no Mercado Central da cidade –, e pelas instituições filantrópicas e estatais. Caminham juntos ou encontram-se nas instituições e/ou nas praças. A intenção era “garantir o corre de cada dia”, ou seja, garantir meios de trabalho, oferta de alimento, roupas, ou mesmo abrigo por algum período (Cordeiro, 2015).

⁵ A compreensão de autonomia entre os “moradores de rua” se diferenciava daquela prevista pela política pública, que sugere que sejam dadas as condições de provimento integral da vida, ou seja, dar autonomia significa “oferecer as condições para que o sujeito saia da ‘rua’ e não retorne mais a ela” (Martinez, 2011, p. 140), diferente do sentido compartilhado entre muitos dos interlocutores da pesquisa, que sugere autonomia como capacidade de cuidar de si, de se manter na trajetória de rua.

ou população de rua, problematizando a noção de rua como espaço de habitação e como uma forma particular de viver a cidade.

Durante a observação, além dos textos da literatura antropológica contribuírem de forma significativa com as análises dos dados obtidos em campo, outras dimensões daqueles mundos da vida apreendidos pela pesquisa iam me surgindo – a exemplo das práticas de “fazer família” na negociação com familiares consanguíneos, ampliação e construção dos novos laços afetivos envolvidos nos modos diversos de habitação da rua, já que as pessoas davam-se em “namoro”, “casamento”, tratavam-se com termos parentais – fenômenos que me fizeram julgar importante estender minhas análises ao momento de uma pós-graduação em antropologia.

Ao ingressar no mestrado, minha pesquisa continuou a investir na temática da “rua habitável”, a partir da cidade de Brasília (DF), mais especificamente em espaços da Asa Sul do Plano Piloto⁶ e região central (Rodoviária do Plano, Setor Comercial Sul e Setor Bancário Sul). Através de um dado novo, das conversas com familiares consanguíneos nos espaços da “rua”, quando estes procuravam por seus membros parentais, procurei aprofundar-me ainda mais nas dimensões dos afetos e das relações familiares e de amizade que constantemente, entre muitos dos interlocutores de pesquisa, se afirmavam com termos e experiências do “ser família”; sob uma dinâmica de “fazer” (ou mesmo desfazer) família, produzida no viver a/na rua.

Embora tenha realizado diferentes incursões em campo durante diferentes dias da semana, em diversos períodos do dia, com raras exceções na madrugada, busquei concentrar-me sistematicamente nos dias de quinta e sexta, no turno vespertino e noturno, entre 12h e 23h, após perceber que muitos das interlocutoras e dos interlocutores usavam o período da manhã para dormir. Além do mais, estive presente em alguns sábados, pois foi possível perceber um maior preparo de refeições coletivas a céu aberto nos finais de semana. Nesse período de pesquisa, conheci muitos homens e mulheres que circulam pelas quadras da Asa Sul e região central da cidade. Poderia falar em mais de 200 pessoas com quem obtive contatos, mas pude conhecer um pouco mais de 50 pessoas, através das narrativas que reconstruíram suas trajetórias, e nos nossos

⁶ O Plano Piloto foi elaborado por [Lúcio Costa](#), vencedor do concurso, em 1957, para o projeto urbanístico da Nova Capital. Teve sua forma inspirada pelo sinal da Cruz. O formato da área é popularmente comparado ao de um [avião](#). O projeto consistiu basicamente no Eixo Rodoviário (ou “Eixão”) no sentido norte-sul, e [Eixo Monumental](#) no sentido Leste-Oeste. O Eixo Rodoviário é formado pelas asas [Sul](#) e [Norte](#) e pela parte central, onde as asas se encontram sob a [Rodoviária do Plano Piloto](#). As asas são áreas compostas basicamente pelas superquadras residenciais, quadras comerciais e entrequadras de [lazer](#) e diversão. O Eixo Monumental é composto pela [Esplanada dos Ministérios](#) e pela [Praça dos Três Poderes](#), a [leste](#); a rodoviária, os setores de autarquias, setores comerciais, setores de diversão e setores hoteleiros em posição cêntrica; a [torre de televisão](#), o Setor Esportivo e a [Praça do Buriti](#), a [oeste](#).

trajetos pela região. Dessas, 29 pessoas, 4 mulheres e 25 homens, com idades entre 18 a 55 anos, pude conversar com o auxílio de um roteiro de perguntas.

As interlocutoras e interlocutores da pesquisa eram naturais das cidades do entorno do Plano Piloto, a maioria oriundas do próprio Distrito Federal, descendentes de migrantes, e também vindos de cidades do entorno do DF, do Estado de Goiás; outros tantos eram dos demais estados e regiões do país. As suas trajetórias eram diversas, assim como os motivos que os levaram a adentrar os espaços da rua como meio de moradia, também. Para além de suas trajetórias individuais, procurarei focar nos processos de negociação com familiares consanguíneos e também na dinâmica de construção de relações sociais nas ruas, sobretudo afetivas, na produção de interações sociais específicas, produtoras e construtoras de meios de obter trabalho, lazer e sociabilidades. Nesse sentido, procurei compreender como se mantém e se constroem as suas relações sociais na rua, a dinâmica cotidiana do trabalho, formação de grupos, troca de substâncias e objetos, no lazer, etc. assim como no impacto dessas relações na paisagem urbana e na própria constituição da cidade; na circulação, na construção de territórios, nos trajetos individuais e coletivos, nas formas próprias de perceber e de fazer cidade.

A mobilidade, nesse contexto, possibilita o conhecimento constante do ambiente em que viviam e, através dela, acompanhavam as incessantes transformações dos espaços urbanos. Os cenários são marcados pela passagem das pessoas e, de igual modo, pela presença delas nos locais. Toda uma materialidade caracteriza os ambientes, a contar com os diversos objetos, papelão, cobertores, colchonetes, lonas etc. Em contrapartida, há inúmeras reações às vidas das pessoas, sejam nos preconceitos que enfrentam diariamente, seja nas formas que se desenham as grades das marquises de prédios em que se abrigam, de uma arquitetura hostil, ou mesmo no senso comum que os reduz a sujeitos da falta, de bens materiais e relações sociais, especialmente familiares e afetivas.

A construção do campo, escolhas teóricas e questões metodológicas

Procurei acompanhar as pessoas, em conformidade com as inspirações analíticas propostas, me preocupei com suas relações de confiança e de intimidade – forjadas sob o que constantemente (re)afirmavam ser “respeito” e “consideração” –, mantidas, feitas e desfeitas, no viver a/na rua; captando maneiras particulares de vivenciar e conferir sentidos ao universo urbano

que é tornado “habitável e familiar”. Toda a investigação foi perpassada pela tentativa de compreensão da dinâmica das relações sociais na rua, levando em consideração o corpo, os objetos e os conflitos. As atividades exploratórias da pesquisa de campo iniciaram-se em dezembro de 2016, com intervalo de janeiro a fevereiro, e finalizaram em agosto de 2017⁷, o segundo momento de pesquisas foi realizado pós-pandemia, nos anos de 2022 e 2023. Em todas essas experiências, intensifiquei as relações com as interlocutoras e interlocutores, procurando acompanhar um maior número de pessoas e grupos durante as incursões, também construindo relações de convivência que levassem proficuamente a diálogos e, logo, a acessos a universos linguísticos, lógicas de mobilidade e habitabilidade, enfim, aos princípios de organização da vida na rua.

Para além de uma abordagem em termos da “falta” e “carência”, como bem destacou Pierre Kasper (2006), busquei os elementos existentes nas relações das pessoas, procurei entrelaçar dimensões do “fazer” nas dinâmicas de suas relações afetivas e também nos usos criativos dos espaços: flagrando as agências dos sujeitos sobre as praças, calçadas, marquises, ruas, parques, etc. Buscando, sobretudo, entender como os elementos “casa” e “rua” estão presentes e são reconfigurados. Essas duas dimensões, “fazer família e cidade”, que julgo inseparáveis, são extremamente importantes para a compreensão das vidas das pessoas que compõem a investigação⁸. Nesse sentido, postulo ser necessário compreender as dinâmicas criativas de “fazer família” (Weston, 1997) não como algo natural (Fonseca, 2008), mas observando, por exemplo, como possíveis de construírem solidariedades difusas e duradouras, como na forma de *relatedness* (Carsten, 2000), ou seja, explorando as características constitutivas dessas relações afetivas na mobilidade. Minha intenção foi buscar compreender as relações sociais e afetivas de pessoas que estão em constante movimento, nesse sentido, a mobilidade é central para se pensar quais as condições e características desses vínculos que se mantêm em circulação (Lobo, 2014; 2012).

⁷ As minhas primeiras incursões em campo deram-se por via de um trabalho de campo realizado na Praça da Igrejinha das Quadras 307/308 Sul, em dezembro de 2016, para a disciplina de Antropologia Urbana, ministrada pela Profa. Dra. Cristina Patriota de Moura (DAN/UnB), enquanto que os dados obtidos em São Luís (MA), de forma ensaísta, serviram como ponto de partida da reflexão através de um trabalho de conclusão da disciplina de “Parentesco e Dinâmicas Familiares”, ministrada por minha orientadora Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo, no primeiro semestre de 2016. As duas reflexões foram fundamentais para o andamento da pesquisa e da análise.

⁸ Embora, de forma paralela, a dinâmica de fazer cidade seja mencionada neste artigo, me debruço aqui apenas na primeira, no “fazer família”, sobretudo por seu aspecto “inovador” na temática. As duas dimensões podem ser acessadas na versão completa da dissertação (Cordeiro, 2018).

Entendo as minhas pesquisas de campo como uma etnografia, que pensa realidades particulares em diálogo com teorias mais gerais. Tradicionalmente pensada como um exercício artesanal, a etnografia se preocupa em compreender e analisar as regularidades e as dimensões sociais de fenômenos específicos (Fonseca, 1999); ou seja, para além de um método de pesquisa, ela constitui-se também como construção teórica (Peirano, 1995; 2014). Sendo assim, as experiências vividas em campo são contextuais e, ao mesmo tempo, contributivas às questões antropológicas reflexivas que são próprias da identidade teórica da disciplina. Servindo-me desse potencial “fenomênico e analítico” da etnografia, a proposta deste trabalho foi a de acompanhar o percurso dos “moradores de rua” – termo que também utilizo em virtude da forma como meus principais interlocutores se autodenominavam –, valorizando com isso a mobilidade própria das formas de habitar e fazer família nos territórios de rua. Junto a esses habitantes, procurei acompanhar de perto suas relações de afetividade e experiências de cidade e, conforme sugerido por Magnani (2002; 2013), realizar um exercício de se colocar “de perto e de dentro” a fim de captar os diversos “trajetos” e “circuitos”, bem como os sentidos e efeitos do viver em circulação.

Cláudia Turra Magni (2006), Hélio Silva e Cláudia Milito (1995), em estudos sobre moradores de rua e crianças em “situação de rua”, dão atenção às suas formas subversivas de viver quando esses atores afrontam e corrompem a ordem de classificação do público e privado. Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen (2012), ao analisarem a existência dinâmica de duas perspectivas na questão da habitação da rua, individuais e macroestruturais, afirmam que a rua “é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas, habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento” (Schuch & Gehlen, 2012, p. 13)⁹. Christian Pierre Kasper (2006), ao analisar a existência dos moradores de rua como formas de vida possíveis, e não em termos de carência, remetendo-se a uma suposta normalidade, ressalta a possibilidade do “habitar” constituir-se como uma questão fundamental na antropologia. Para tanto, o autor destaca que temos que evitar os erros de relacionar o “habitar” com a casa e “defini-lo em termos de funções, supostamente derivadas de necessidades ancoradas na fisiologia humana” (Kasper, 2006, p. 23). Nesse sentido, a falta da casa ou uma suposta reconstrução de seu espaço não significa por si só falta de habitação, ao mesmo tempo em que é possível salientar que não

⁹ Para os autores, a “tendência à essencialização dessa problemática está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto: aquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema que requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir da simples retirada das pessoas da rua e aquela pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da “falta”” (Schuch e Gehlen, 2012, p. 12).

existem sujeitos que não habitam. As diversas habitações, assim como suas formas mais improváveis, são objetos de análise dessa infinita capacidade humana de inventar, de produzir, de compor habitabilidades existentes.

Parte da produção de textos, por exemplo, voltados à pesquisa sobre moradores de rua (Romano, 2011; Domingues Junior, 2003; Borin, 2005), se debruça sobre a problemática da ruptura familiar como um dos principais fatores que fazem os indivíduos adentrarem o espaço da rua. As explicações fundamentam-se no argumento do conflito familiar como ruptura dos vínculos afetivos, e além da degradação do trabalho, estas seriam as principais razões que levam as pessoas a viver na rua. Entretanto, como apontado pela pesquisa nacional, e como veremos nos capítulos seguintes, os sujeitos circulavam por residências de familiares, além de existir uma circulação constante entre casa, rua e instituições de assistência, como bem apontou Tiago Lemões (2013). No fluxo por esses espaços e instituições, a família é parte significativa da mobilidade, assim como a construção de vínculos afetivos que são feitos em circulação; assim, se colocam questões que nos levam a relativizar essa noção de “ruptura” em muitos casos.

Tiago Lemões (2013), em “A família, a rua e os afetos”, ao tratar das relações familiares de pessoas em situação de rua analisando a manutenção, criação e atualização de um circuito de rede de relações, instituições de assistência e diversos agentes urbanos, construindo relações entre doadores e receptores e redes de compadrio, demonstra existir um trânsito de afetos. De forma semelhante, mas de uma perspectiva que parte do espaço da rua, busquei essa rede de relações afetivas na vida cotidiana e, nessa busca, a existência de uma rede maior de relações ficou evidente.

Em um momento de experiência de pesquisa de campo, um “morador de rua”, após alguns minutos falando de sua história de vida, disse-me: “Pronto, agora você tem muita coisa para colocar em sua pesquisa”. Tal como esse “morador de rua”, outras pessoas me contavam sobre acontecimentos e eventos de suas vidas, chamando atenção para a construção de narrativas nas quais são apoiadas suas experiências. Elas são importantes na medida em que permitem compreender regularidades ou mesmo diferenças em suas falas, na medida em que escolhem narrar momentos específicos de suas vidas aos quais atribuem valor ou que apresentam marcos

transformadores de suas próprias identidades, ou convergentes com elas. Entretanto, ao perguntar para um morador de rua os motivos dele estar morando na rua, ele respondeu: “essa pergunta não faz sentido, isso não faz sentido”, assinalando que para ele não existe um “evento” no “tempo” que marcasse um rompimento com um modo de vida e o início de outro, mas um fluxo dinâmico onde a rua se apresentava como possibilidade de vivência. Outra dimensão importante para destacar em relação ao “tempo”, é que há quase consenso nas políticas públicas (Brasil, 2008) que, ao adentrarem a rua como espaço de habitação, a perda de vínculos familiares e sociais seriam constantemente intensificados.

As dinâmicas familiares na habitação da rua: conflitos e negociações

No dia vinte de dezembro de 2016, fiz minhas primeiras incursões em campo em Brasília. Nesse dia encontrei e conversei com a primeira familiar de um dos “moradores de rua”, Dona Lurdes, natural da cidade de Santa Maria (DF). Ela é mãe de Samara, 29 anos, “moradores de rua” que frequentava a região da Igrejinha da 308 Sul e circulava também por outros espaços da Asa Sul e do Plano Piloto de maneira geral. Antes de me encontrar com Samara, encontrei sua mãe. Estava à sua procura. Dona Lurdes havia se deslocado de sua cidade para procurar sua filha na Superquadra, segundo ela, era o local que sempre a encontrava. Samara era mãe solteira e não criava nenhum de seus dois filhos, ambos estavam sob sua guarda, disse Dona Lurdes. Samara era branca, 29 anos, de estatura mediana. Durante a conversa que tive com Dona Lourdes na praça da igreja, fomos interrompidos com uma notícia que seu neto trazia. Ele havia encontrado sua mãe dormindo em uma calçada na Quadra 309 Sul.

Quando perguntei à Dona Lurdes os motivos de sua filha morar na rua, ela respondeu:

– Ela é usuária, se envolveu com drogas e não para em casa, vem sempre para a rua.

E a senhora vem sempre aqui em busca dela, por isso está aqui?

– Eu venho trazer o filho mais velho dela. Ele tá aí procurando ela pelas quadras (...) é que ele fica com ela na rua, ajudando ela... Eu queria que ela se cuidasse e cuidasse dele. Ele é quem cuida dela! (...) Mas, queria mesmo era que alguém pudesse ajudar ela, internar, sei lá, fazer alguma coisa.

Entendo. Mas, então ele mora na rua com ela?

– Fica com ela andando e cuidando dela (...) mas não deixo ele ficar durante à noite, eu levo ele pra casa. Tem dia que ela vai para casa com ele, mas depois volta para a rua de novo... e é sempre por aqui que a gente encontra ela... por essas quadras.

Como é a sua relação com sua filha, sobretudo por conta desse fato dela sair de casa e vir para rua?

– Eu já briguei muito com ela sobre essa condição que ela tá, mas a gente fala e (ela) não ouve, (falar) é pior. Eu entrego nas mãos de Deus pra ele cuidar, porque é difícil. (Diário de Campo, 2017. Grifos meus).

Na fala de sua mãe, a palavra “condição” parecia remeter à uma dimensão situacional, transitória, passageira. Nesse sentido, demonstra que seus anseios são o de que sua filha possa sair das ruas e voltar para a casa. Entretanto, a constância de procurá-la sempre nos mesmos espaços, nas mesmas quadras, demonstraria uma certa regularidade nos espaços públicos. Ao conversar com Samara, contou-me um pouco de sua vida e de seu cotidiano nas ruas da cidade, e que também costumava cuidar de carros estacionados nas quadras da Asa Sul. Além do mais, para conseguir mais recursos e comprar suas coisas, roupas, produtos de higiene e alimentos, Samara, além das formas de trabalho que desenvolverá nas ruas, também pedia e recebia doações de transeuntes e moradores das localidades.

Quando a indaguei sobre os motivos de ir morar na rua, além de falar que ocorreu há três anos, disse-me:

– Ah, quando eu comecei a usar (drogas), com meu antigo namorado, eu brigava muito com minha família (...) muita confusão. Uma situação louca, entendeu?

Então você prefere ficar na rua do que na casa de sua mãe?

– Não deu certo, eu não queria ficar em casa e comecei a morar na rua (...) quando eu comecei a sair de casa foi bem complicado porque minha mãe não aceitava e vinha atrás de mim.

Conversei com sua mãe quando ela estava à sua procura. Isso te incomoda de alguma forma, o fato dela te procurar?

– Ela vem sempre atrás de mim(...)traz meu filho, essas coisas todas, sabe. Eu não ligo mais se ela vem atrás de mim, mas prefiro que seja assim, melhor do que aquela briga toda, daí prefiro ficar na rua mesmo.

Você fala do ambiente da casa em que ocorriam as brigas?

– Sim, porque eu sou usuária e sabe como é que é essa situação, a família não gosta, daí as brigas existem, fazer o quê né? (...), mas eu ainda vou em casa (Diário de Campo, 2017, grifos meus).

Se por um lado ela parece tentar se livrar das brigas no espaço da casa e se incomodar menos com os conflitos existentes na rua, por outro esse último espaço parece possuir uma dimensão maior de liberdade, já que pode escolher com quem se relacionar. Sobre seu cotidiano na rua, nas atividades de trabalho, costumava dividir¹⁰ vagas para cuidar de carros em alguns estacionamentos públicos próximos a bares e restaurantes. Nesses espaços, seu filho ficava alguns períodos com ela até que sua mãe o levasse de volta para sua casa. Circulação por espaços

¹⁰ Formas de negociação entre as pessoas sobre a quantidade de vagas destinadas à veículos que cada um deve ficar, assim como se atuarão (ou não) de forma conjunta. Vou discorrer mais sobre o assunto quando tratar da categoria trabalho no quarto capítulo.

específicos quando seu filho estava com ela, disse-me. Ou seja, quando convive com seu filho pelas ruas da cidade, se limita à alguns espaços para que sua mãe os encontre, ou os aguarde enquanto estes passam alguns momentos juntos.

Essa ida à rua, por parte da Dona Lurdes e seu neto, parecia se mostrar como parte da manutenção de sua relação afetiva com sua filha, assim como meio de mantê-la ligada ao seu filho. Nessa continuidade, a avó parece ser uma mediadora entre a relação da mãe e seu filho, entre a manutenção dos vínculos. Se por um lado, a narrativa da Samara demonstrava que a saída da casa tinha amenizado os conflitos, em relação à não aceitação do uso das drogas, presente por meio das fortes discussões e as brigas que existiam naquele espaço, por outro lado, não houve rompimento em sua relação familiar, seja pela ida de sua mãe até os espaços públicos, a constante convivência com seu filho, assim como nas suas próprias idas à casa. Essa problemática da não aceitação do uso de substâncias ilícitas, como da cobrança para que cuidasse de seus filhos – embora esse cuidado possa ser compreendido também de forma contrária, quando seu filho parecia cuidar dela nos espaços públicos – está envolvida na tensão da negociação que, às vezes, é feita pelos simples gestos/atitudes de sair do espaço da casa como forma de amenizar as tensões. Assim, gerou uma circulação casa e rua, uma habitação entre espaços, assim como uma “válvula de escape” para as pessoas se sentirem “em paz” (frase usada por ela em uma de nossas conversas) diante de alguns conflitos familiares, em que o distanciamento, sobretudo do espaço da casa, e não o rompimento de suas relações familiares, aparecem como meios de amenizar conflitos e como formas de negociação.

Além dessa convivência bem particular de Samara e sua família, ela convivia com outros moradores de rua que frequentavam a praça da Igrejinha, Praça do Compromisso (que possui um monumento em homenagem ao Índio Galdino¹¹) e Setor Comercial Sul. Essa circulação por espaços públicos se mostrava como um terreno que proporciona as dinâmicas de suas novas relações construídas na dinâmica de viver na rua. Relações que eram envolvidas nas conversas em praças públicas, em modos semelhantes de obter recursos, sobretudo quando falávamos nas formas de trabalho, trocas de experiências, uso de substâncias de forma coletiva, e, especialmente, nos mais diversos compartilhamentos de objetos, roupas, alimentos, drogas etc.

¹¹ Galdino Jesus dos Santos foi um líder indígena brasileiro da etnia pataxó-hã-hã-hãe que foi queimado vivo, em 1997, enquanto dormia em um abrigo de um ponto de ônibus em Brasília, após participar de manifestações do Dia dos Povos Indígenas.

Nesse jogo de negociação, de processos de construção de relações sociais, sobretudo afetivas, as pessoas estão envolvidas na dinâmica de ser e estar na rua. Para alguns, sobretudo os movidos pela circulação casa e rua, no constante processo de negociação com familiares consanguíneos, e nas subjetividades de seus percursos pelos espaços, parecem criar um sentimento de passagem, mais do que ser dos espaços, ser um morador de rua, afirmam estar em “situação de rua”. Entretanto, para muitos, mesmo em constantes tentativas de retorno ao espaço da casa, e até ida a este espaço, e sobretudo no constante nomadismo urbano, apontam para uma construção de uma identidade da rua, do ser da rua, de viverem na inconstância da rua, se auto denominarem “moradores de rua”. Em todos esses casos, as relações sociais, assim como suas vivências nos espaços, são processos, negociações, constantes rearranjos espaciais e afetivos. Nessa perspectiva, o rompimento, continuidade e ampliação fazem parte desse jogo.

No contexto de São Luís, quando fiz alguns dias de pesquisa no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), os funcionários, ainda que destacam rupturas familiares, como um dos principais fatores que levavam as pessoas às ruas, também consideravam que a distância entre a família e o usuário do Centro não era absoluta, pois existiam parentes que procuram a instituição em busca dos seus familiares – entre as diversas formas possíveis de conexão. Certa vez, durante uma atividade de oficina na instituição, conversei com Jhonny, à época com 19 anos, natural da mesma cidade. Ao falar sobre suas experiências de vida, contou que vivia na casa da mãe, que esta era proprietária de um restaurante na cidade e que, o principal motivo que o levou a deixar a casa foi a separação dos pais e o novo casamento da mãe. Contudo, ainda que não mais vivesse sob o mesmo teto, visitava a mãe e mantinha contato com ela continuamente. Essa hipótese pode ser percebida em sua fala: “Ligo para a minha mãe todos os dias, o dia que eu não ligo ela fica preocupada” (Diário de campo).

Deixar o espaço da casa e ir para a rua envolvia a dinâmica de trazer utensílios e alimentos da casa para a rua, assim como da rua para a casa, quando conseguiam doações e aquisições monetárias pelas formas de trabalho. Além do mais, o casal procurava e possuía cadastros nos sistemas de benefícios vinculados ao CadÚnico¹². Essa estadia na rua não se intensificava somente nos momentos de trabalho, atendimento médico, mas também na aquisição e atualização dos

¹² O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Fonte: <http://mds.gov.br/>

benefícios que possuíam e/ou tinham interesses. Assim, existe um conjunto de práticas e atuações que envolvia a dinâmica da vivência nesses dois espaços, na circulação e no uso de forma conjunta, em que a rua exercia atividades naturalizadas como pertencentes a casa. Além do mais a noção doméstica, de suas intimidades e afetividades, existia nos dois espaços, entre eles e neles.

Afetos construídos no cotidiano: as dimensões de *confiança* e *consideração*

Eu sei que a minha vida é de andarilha, de não ficar parada em lugar nenhum, (...) gosto de viver assim, de não ficar num lugar só (...), mas isso não significa que eu não sou gente, que eu não tenho **família**, que eu não tenho **amigos** e que eu não conheço as pessoas. Graças à Deus, eu sempre faço amizades por onde eu ando. Hoje eu tenho muitos **irmãos** (...), muita gente gosta de mim. (Laura, 29 anos – Diário de Campo, 2017).

Essas relações sociais destacadas por Laura evidenciaram um pouco daquilo que, em toda minha experiência de campo junto a Pessoas em Situação de Rua ou os autodenominados moradores de rua, eu presenciei: as diversas formas de relações afetivas entre os sujeitos. Essas relações surgiram ou foram apresentadas como de amigos(as), namorados(as), tios(as), esposos(as), família(s), parceiros(as) etc. Esse aspecto foi o que mais me motivou a continuar nessa temática, já que as relações dos sujeitos demonstravam um outro aspecto possível da dimensão da rua, o de produzir relações de afetividade. Nesse sentido, as atividades exercidas de forma conjunta, assim como os meios de sociabilidades que os sujeitos estão envolvidos, além das trocas de objetos e substâncias, as bebidas e alimentos, constituíam as ligaduras de suas novas relações afetivas na mobilidade e bricolagem (Kasper, 2006) dos usos possíveis dos espaços públicos, construindo assim novas formas de viver, experienciar e fazer a cidade (Agier, 2015).

Além do mais, a fala de Laura também retrata a existência de uma associação direta entre relações e fixidez. A movimentação exercida por ela parecia proporcionar um leque de relações possíveis, a natureza de cada relação, porém, ficará submetida às diversas reciprocidades e/ou negociações e compromissos específicos que cada um possa requerer. Ou seja, com maior ou menor fluidez, submetida às movimentações em que estão envolvidas (Lobo, 2012).

As relações afetivas, construídas nas ruas, sob os mais diversos termos, amigo, namorado(a), irmã(o), companheiro(a), família etc., são forjados na convivência cotidiana, sobretudo nos momentos em que os sujeitos experienciam aspectos de trocas. Se por um lado, presenciei, não somente nesta pesquisa, mas também na anterior, o uso coletivo de substâncias que alteram os

sentidos, sejam elas lícitas ou ilícitas, pude também presenciar a troca de outros objetos e alimentos.

Na maioria desses usos coletivos, é possível observar aspectos de fluidez de relações, ou seja, existem as pessoas que estão vivendo seus primeiros momentos de socialização na rua, como um ritual de iniciação, assim como as que estão se afastando, temporariamente, possível de voltar a socializar-se novamente com outros moradores de rua que frequentam os espaços públicos, ou mesmo definitivamente afastar-se, e nesse caso pode nunca mais ser visto. Esse movimento é causado pelos mais variáveis fatores possíveis, como a saída da rua, volta à casa, ou mesmo morte etc. – assim como na pesquisa de Cláudia Turra Magni (1994), algumas pessoas simplesmente sumiram e não foram mais vistas durante a finalização do campo. Esses momentos de trocas de experiências e de convívio na rua, podiam ser observados nas mais diversas formas de ocupação dos espaços, sejam elas com a finalidade de trabalho, alimentação ou lazer.

No primeiro dia em que estive na Praça da Igrejinha da 308 Sul, percebi que próximo ao banco da praça havia cinzas ao lado de tijolos, e indicavam que, possivelmente, alguém teria utilizado para preparar algum tipo de refeição de forma improvisada, suspeita confirmada através de um dos moradores de rua com quem conversei, e sobretudo depois que passei a presenciar esses momentos de trocas e de interações. Quando Pedro me disse que utilizava alguns espaços das quadras para fazerem refeições coletivas e individuais, disse-me que sempre que possível contribuiriam para o preparo de refeições que eram feitas conjuntamente e que todos buscavam, de alguma forma, ajudar nos itens que seriam usados para o preparo das refeições.

Muitas das aquisições do material para o tipo de comida que seria preparada eram compradas nos supermercados próximos. Além de preparo através de itens que eram doados, entre eles, os enlatados, que não precisavam de um maior empenho conjunto para o preparo, os sujeitos compravam proteína de origem animal, e, nesse sentido, demandam algum tipo de preparo mais específico, como o de acender uma fogueira para o cozimento, além da panela de material própria para ir ao fogo (feita, muitas das vezes, com uma lata de alumínio cortada ao meio). Durante a semana era possível perceber que a alimentação era mais simples e improvisada e as mais elaboradas e feitas coletivamente eram realizadas nos finais de semana, sobretudo nos dias de sábado. O fogareiro é improvisado sobre tijolos ou pedras, as madeiras e galhos das árvores, como combustíveis, além do uso possível de algum material inflamável. No final do preparo, as refeições eram servidas entre todos. A colaboração de cada pessoa vinha do resultado

de trabalhos individuais, exercidos nos espaços públicos, como cuidar de carros estacionados, pedir, vender balas, colher materiais recicláveis, além das doações que recebiam.

A improvisação acabava caracterizando o lugar, reconfigurando o cenário urbano, criando rotina para uso com essa finalidade, ou seja, embora eu pudesse observar essa criatividade em outros espaços para o preparo de alimentos, existiam aqueles que sempre estavam sendo usados com maior recorrência para este fim. Assim, o lugar ficava marcado com cores escurecidas, restos de cinzas e materiais ainda disponíveis, como os tijolos, grelhas etc. Para os transeuntes que observavam esses objetos nos espaços das quadras e praças, poderiam ser apenas entulhos, lixos, mas para os moradores de rua eram objetos de muita utilidade, assim como as suas cozinhas por alguns momentos. Esses lugares são também espaços de várias trocas entre os mais diversos grupos e sujeitos que compõem o cotidiano urbano. Existiam os catadores de latinhas que não se enquadram na categoria morador de rua, mas se relacionam com estes em muitos momentos, sobretudo no comer ou beber juntos. Esse aspecto demonstra que as relações das pessoas estavam submetidas à convivência com os mais diversos indivíduos e suas categorias, atribuídas e/ou manifestadas nas ruas.

As amizades entre moradores de rua, apresentadas muitas das vezes como parceiros(as) e/ou companheiros(as), segundo suas histórias e narrativas, que não foram ditas somente para mim, mas que são sempre lembradas e compartilhadas nesses momentos de comer e beber juntos, são fortalecidas nesses atos coletivos. Além do mais, não era difícil, sobretudo em suas conversas comigo, que os sujeitos procuraram lidar com os momentos de brincadeiras e de pequenos conflitos, e que a convivência gerava mais intimidade, o que criava relações mais próximas e de maior consideração:

Tá vendo esses **parceiros** aqui? Eu **considero** eles demais, são gente boa (...) A gente come, bebe, se diverte (piadas, momentos de gracejos) juntos (...) a gente brinca, e até briga, mas depois a gente tá junto de novo aqui conversando (Diário de Campo, 2017. Grifos meus).

Beber conjuntamente não somente tinha a finalidade de esquecer algum tipo de trauma ou sofrimento, ou mesmo de vencer uma dor no corpo, resultado, seja pelo cansaço do trabalho ou de outro tipo de lesão física, era também o momento de falarem de suas subjetividades, de suas aspirações, desejos e experiências. Nesses momentos, risadas, choros e silêncios compunham o ambiente. Eram contos de seus primeiros relacionamentos, de suas primeiras experiências

amorosas e mesmo das mais recentes. Após eu beber conjuntamente, um outro morador de rua disse que gostou de mim porque eu não recusei a bebida, por ter sido, segundo suas palavras, humilde em ter bebido conjuntamente.

Como percebido, essa socialização de substâncias não se restringia somente à alimentação, mas também ao cigarro, cachaça, refrigerantes etc. Beber conjuntamente, como já mencionado, também era uma forma de fortalecer a amizade, de conhecer pessoas, assim como na formação de grupos. Essas relações de grupos, mais ou menos coesos, pois a fluidez fazia parte de suas relações, era composta por indivíduos que frequentavam diversos espaços em que esse tipo de relação estava sendo vivenciada. A partir dessas experiências nos espaços, os sujeitos construíam suas novas relações afetivas e de amizades, como destacada por Marinalva:

Hoje eu vivo na rua mas não vivo sozinha, graças à Deus eu tenho *amigos* (...) se hoje eu não tenho mais “família”, se eu perdi minha família e não tenho mais contato com eles, eu ganhei outra “família” aqui, (...) eles são como “irmãos” pra mim (Diário de campo, 2017).

A dimensão de uma oposição entre uma noção de viver na rua e não ter relações sociais, ficava evidente em suas falas, sobretudo em procurar demonstrar que o termo família poderia ser ressignificado para as suas novas relações afetivas que estavam sendo feitas nas ruas, evidente na intensidade de fazer coisas juntos, sobretudo no consumo de substâncias.

Keth Weston (1997), ao problematizar noções de família, ou a noção de “família” dita hegemônica, a partir da análise de famílias *gays* com padrões próprios, tipos particulares de relações de parentesco, destaca que as noções de famílias devem ser analisadas historicamente (1997, p. 22). Longe de um modelo estático, mas de uma oposição ou derivação de um modelo padrão familiar, ou seja, afirma que as relações ditas familiares devem ser compreendidas em seus contextos específicos, em suas dinâmicas próprias. Nesse sentido, as relações dos moradores de rua, quando falamos da linguagem do parentesco presente em suas falas, demonstram valores específicos atribuídos à essas relações, sobretudo nas trocas, na convivência, no consumo coletivo de substâncias, e também na semelhança de suas condições existenciais. Se por um lado, percebemos que as pessoas circulavam e construíam novas relações nas ruas, por outro lado era possível perceber que existiam relações mais próximas, mais íntimas, julgadas mais especiais, por isso os termos parentais usados.

O trabalho de Weston (1997) forneceu bases para a formulação do conceito de *relatedness* proposto por Janet Carsten (2000). Em linhas gerais, *relatedness*, conforme aponta Lobo (2012) seriam as maneiras de agir e conceituar as relações entre as pessoas. “É vivendo e consumindo juntos, convivendo no mesmo espaço – a casa – que alguém se torna parente” (Lobo, 2012, p. 103). Entretanto, analisar formas de relacionalidade entre moradores de rua é procurar perceber constituições de relações afetivas em pessoas que estão em constante movimento e negociação de suas relações. Assim, a sua construção estaria envolvida na própria dinâmica e mobilidade de suas relações que torna possível as lógicas de suas conexões – ser irmão de rua pode proporcionar ter a família em movimento.

Ainda sobre o conceito de *relatedness*, ou relacionalidades, é possível pensar, no caso dos moradores de rua, em uma dimensão inclusiva em que o sentimento entre pessoas gera laços de solidariedade que são forjadas na confiança e consideração – com relações mais ou menos duradouras ou não, envolvidas na dinâmica da mobilidade. Conheci, durante a pesquisa, pessoas que viajavam diversos estados ao encontro de irmãos de rua que não se viam há anos. Foram relações que foram configuradas no convívio nas ruas e que depois se mantiveram mesmo que a distância.

As pessoas que, ao serem perguntadas sobre suas famílias consanguíneas responderam que estavam vivendo com eles nas ruas, ou seja, demonstrando que suas novas relações afetivas poderiam ser consideradas família, “minha família? tá aqui (apontando para o centro da Praça), eles são meus tios, meus irmãos, são minha família” (Diário de campo, março de 2017).

Isso implica dizer que há não somente uma continuidade das relações familiares, mas, sobretudo, uma ampliação dessas relações afetivas em um circuito mais amplo. Segundo Tiago Lemões (2013), ao desenvolver uma pesquisa sobre as relações afetivas de pessoas em situação de rua a partir de instituições de assistências, das políticas públicas especializadas, também destaca que:

A compreensão das relações cujos partícipes adquirem nomeações familiares reporta-nos para as ruas, em atenção aos atributos de proximidade, afinidade e compartilhamento de bens e experiências entre os envolvidos. Se, de fato, nomeações de parentesco são utilizadas para designar o grau de relações de intimidade e operando pela lógica da afetividade e não da consanguinidade. Nestes termos, a constituição de laços de parentesco afetivo, (...) introduz a possibilidade de estudar formas familiares lançando mão de conceitos que apontam para as múltiplas dinâmicas que alteram concepções tradicionais e evidenciam o afeto como base constitutiva dessas relações (Lemões, 2013, p. 45).

Existiam também as pessoas que manifestaram a dimensão da amizade como um vínculo importante em suas relações, em que o irmão de rua era construído na relação de confiança e de vivência. Essas novas relações afetivas na rua estão sob o processo de convívio cotidiano, ou seja, em uma constante negociação. Assim, a negociação não aparece somente em relação a possível manutenção de suas relações consanguíneas, mas na construção de suas novas relações nas ruas. Nesse conjunto de possibilidades de relações afetivas na rua, as pessoas davam-se em namoro, casamento etc. Nesse aspecto, Weston (1997) afirma que a noção de “amor”, das relações afetivas das pessoas, mesmo entre parentes de sangue, que se supõe incondicional, na verdade seriam também condicionais, ou seja, as relações afetivas são constantemente escolhidas, trabalhadas, lutadas, conquistadas, construída.

Além do mais, existiam as relações afetivas em que os sujeitos demonstravam dar-se em laços matrimoniais, e passavam a se chamarem de esposo e esposa. Esses relacionamentos procuravam exercer as intimidades em espaços mais tranquilos, áreas verdes, e/ou sob improvisações de barracas de madeiras e papelões. A esse exemplo, a vida de Pedro, 24 anos, e sua esposa, Helena, 40 anos, podia ilustrar a vivência matrimonial construída no viver a/na rua. Segundo eles, vivem e se conheceram na rua, trabalhando, alimentando-se e dormindo. Durante o tempo da pesquisa, estavam dormindo na Comercial da Quadra 306 Sul.

Pedro contou-me que suas atividades de trabalho são as mais diversas, entre elas, cuidar de carros estacionados e de catar materiais recicláveis. Disse-me ainda que, para o preparo da alimentação, compravam os produtos e guardavam no espaço que, agora, chamavam de casa.

Sobre essa relação com o espaço, e do processo de familiarização com a calçada em que estavam morando, falou-me que, às vezes, se viam falando um para o outro: “Vamos para casa? Está na hora de ir para casa!”. Falavam quando estavam querendo retornar, após suas atividades de coleta de materiais recicláveis. Diziam isso para demonstrar como eles estavam na previsibilidade que aquele espaço era o seu lar, e que sua família estava ali, que ele tinha sua esposa e ela o tinha. “Minha esposa está aqui comigo, minha família está aqui (...) aqui a gente guarda nossas coisas e ninguém mexe, aqui a gente prepara nossas refeições e é onde a gente descansa” (Diário de campo).

A forma como Pedro e sua esposa Helena guardam suas coisas, armazenam comida e água, me fez pensar nos meios em que as pessoas utilizavam para acumular, guardar coisas, já que a maioria das pessoas com quem convivi, tanto nessa pesquisa quanto na anterior, não teriam

muitos meios de acumular as aquisições de coisas e alimentos obtidos por doações ou trabalho, em que a (in)constância de objetos e coisas eram presentes. A vida de Pedro e Helena, demonstraram como as pessoas constroem uma pluralidade de relações nos espaços públicos, chegando a casar-se e viverem juntos construindo nesses espaços seus lares. Esse é apenas um exemplo, dentre outros, em que os sujeitos não deixam de se relacionar amorosamente ao viverem nas ruas das grandes cidades brasileiras, que as pessoas são afetadas de diversas formas, se paqueram, namoram e dão-se em casamento. Sobretudo porque essas relações afetivas eram construídas na convivência na rua.

Nas refeições coletivas, o sujeito que não tivesse o que apresentar no momento, comia conjuntamente, entretanto, se esforçava para cooperar. Essa era uma atividade rotineira porque quase sempre, com raras exceções¹³, não era possível, na dinâmica da rua, armazenar alimentos. Como bem destacou Alfred Gell (2008), “o consumo é parte de um processo que inclui a produção e a troca, cada um dos três distinguindo-se apenas como fases do processo cíclico de reprodução social, no qual o consumo jamais é terminal” (Gell, 2008, p. 146). Nesse sentido, comer conjuntamente produz relações, práticas culturais.

Há, também, casuísticas que envolvem as trajetórias de pessoas que abandonaram as moradias por meio de aluguéis e buscam retornar esses tipos de moradia, ainda que em forma de planejamento. Existe a incursão à rua apenas como meio de obtenção de recursos e renda. Assim, as casas e as barracas estão envolvidas nessa ampla e criativa movimentação de pessoas, grupos e famílias, em uma dinâmica complexa de habitação. Embora as barracas improvisadas e as de camping não sejam casas, não deixam de ser formas improvisadas de habitação; uma improvisação em que as condições materiais acabam se confundindo com o direito individual e profundo de se construir um lar, um lugar de pertencimento, independente da precariedade.

O lar, nessa perspectiva, é entendido como uma vantagem dada a poucos de criar casas como uma coisa sua, parecida consigo, e que envolve toda uma “fenomenologia do sonho da habitação” feita por, de e para mim (Clavel, 2015). No Distrito Federal, com a questão antiga e aparentemente sem solução do déficit habitacional, a rua, por mais estranha que seja, dá o direito a certas pessoas de serem realizadas ideacionais e concretas de um “meu lugar”.

Em muitas dessas situações, a casa – física, estática pelo seu endereço – não deixa de ser uma referência importante para alguns moradores de rua, já que esta é acionada, vez ou outra,

¹³ Algumas barracas e carrinhos de mercado poderiam ter essa característica de armazenar alimentos.

para concretizar cadastros em instituições, contatos de emergência com familiares e cuidados pessoais esporádicos: banhos, trocas de roupas, renovação dos afetos a parentes, deposição de bens, entre outros.

As idas constantes (em períodos curtos ou longos) à casa de familiares, ou encontros com esses em espaços públicos indica a importância da casa (em diferentes sentidos) para o modo de vida desses sujeitos. Esta pesquisa buscou trilhar os muitos sentidos da casa para as pessoas em situação de rua no Distrito Federal, levando em consideração a constante circulação entre casa e rua, as redes de solidariedade existentes e as distintas significações que os espaços entendidos como “casa” podem assumir para esses atores sociais. Assim, somente pesquisas periódicas poderiam traçar estratégia, na forma de acompanhamento assistencial, que possibilite adequação às abordagens sociais, políticas, econômicas e científicas sobre a temática.

Considerações finais

A partir de diferentes trajetórias de pessoas em situação de rua, foi possível perceber um conjunto de motivações, lógicas de circulação e formas de ocupação dos espaços urbanos. Espera-se que as informações reduzidas dessas etnografias contribuam com a temática sobre a habitação da rua e ao aperfeiçoamento das políticas públicas de atendimento especializado a essas pessoas, famílias e grupos sociais. Com as entrevistas, foi possível identificar algumas regularidades presentes em campo.

A primeira delas diz respeito às trajetórias das pessoas. Como esperado, são heterogêneas e desafiadoras até mesmo para os olhares mais acurados dos pesquisadores. Estar na rua não significa apenas estar em franca posição de apresentação e apelo ao meio societário, como no ato de “manguear” atenção, dinheiro ou comida, muito menos reduzidos apenas à dimensão da falta e ausências. Mostrar-se como um corpo na rua, que vive dela e mora nela. A prova disso é que, por inúmeras vezes, esta pesquisa foi surpreendida com trajetórias de pessoas que, usualmente, não poderiam ser relacionadas ao mundo da rua habitada: são as trajetórias dos corpos oprimidos e cansados, dos filhos exilados do próprio lar. Assim como não é tarefa fácil promover reducionismos analíticos sobre quem são essas populações de rua, também não é fácil dispô-las na condição de alvos fáceis do intervencionismo de políticas públicas, embora seja necessário produzir tal esforço.

Busquei apresentar as pessoas a partir de algumas experiências que contaram sobre suas vidas e dos momentos compartilhados em campo, sobretudo na mobilidade. Nessa perspectiva, coloquei em primeiro plano a construção (ou mesmo a desconstrução) de laços sociais. A constante circulação entre os espaços casa e rua, foi marcada tanto por rupturas quanto por continuidades. Uma das formas de perceber essa questão foi a partir do questionamento da ideia de isolamento em relação à família. Destaquei o fato das relações sociais de muitos dos moradores de rua, no que diz respeito às relações familiares de consanguinidade, não sofrerem uma ruptura, mas um distanciamento. As famílias apareciam envolvidas em uma constante tentativa de manutenção dos vínculos, seja por visitas ou questionamentos das novas formas de habitação.

A constante movimentação na habitação da rua, por sua vez, se mostrou como parte de uma dinâmica na qual eram configuradas novas relações sociais, que, por vezes, aproximam ou afastam sujeitos, formando irmãos e constituindo grupos – nas constantes trocas de experiências e substâncias, no comer juntos. Essas novas relações afetivas eram forjadas sob o que constantemente afirmavam ser confiança e consideração, que amarravam as relações de companheirismo e parceria, valorizadas por meus interlocutores e fundamentais para dar conta de alguns corres e da manutenção das atividades do dia a dia, se apresentando com uma composição de limites fluídos (Weston, 1997). Tanto as suas famílias consanguíneas quanto suas novas relações afetivas, estavam envolvidas em um constante processo de construção.

Outra questão importante a ser resgatada é a de que os objetos presentes na vida cotidiana dos moradores de rua constituem um fator que permeia toda a vida na rua e as relações sociais que os envolvem. A constante circulação desses objetos, bebidas, drogas, cigarros e alimentos, tornam-se como uma ligadura das relações. Ou seja, os objetos eram como fios condutores que ajudavam na manutenção das atividades conjuntas, nas refeições coletivas em praças, ruas, calçadas, etc. Existiam objetos de cunho pessoal, mas em sua maioria eram possíveis de serem socializados. Configurando assim, valores específicos ao que se tem e ao que é compartilhado, assim como o que é gerado e sua intenção no compartilhamento.

Assim como em minhas primeiras experiências de campo, pude perceber parte da dinâmica de distanciamentos e aproximações que acontecem em torno de um morador de rua. Eu mesmo não estive imune à participação nessas redes de relação, quando era pensado a partir de critérios como confiança e respeito. A minha constante presença contribuía para que a nossa relação de confiança ficasse cada vez mais forte, a ponto de me usarem como meio de garantir o manguêio,

como ocorreu em São Luís, quando Gabriela me apresentava às pessoas utilizando a frase: “Esse aqui é meu sociólogo, ela sabe que estou falando a verdade”. Igualmente, recorro da abordagem policial em que ficamos mais próximos uns dos outros, em uma espécie de aglomeração em um espaço pequeno da praça – momento em que compartilhei da cumplicidade, pois me tornei capaz de entender, segundo os meus interlocutores, que eles eram alvo constante da suspeita da polícia.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer- cidade: o antropólogo, a margem e o centro. **Mana**. 483-498, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole**: os moradores de rua em São Paulo. 2005. 242 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRASIL. Governo Federal. POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/plano-nacional-ruas-visiveis.pdf>

CARSTEN, J. “Introduction”. In: Carsten, Janet (ed.) **Cultures of Relatedness**: new approaches to the study of kinship. Edinburgh: Cambridge University Press, 2000.

CLAVEL, Maïté. Elementos para uma nova reflexão sobre o habitar. **Antropolítica**, n. 38, p. 147-167, 2015.

CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. 2015. **Pessoas em movimento**: considerações sobre moradores de rua em São Luís (Maranhão). Monografia de Graduação em Ciências Sociais, UFMA.

CORDEIRO, Alex Sandro Lopes. **Fazer família e cidade na habitação da rua**: Brasília em suas múltiplas habitabilidades. 2018. xiv, 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DOMINGUES JUNIOR, Paulo L. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. 1. ed. São Paulo: Leopoldinum/Loyola, 2003.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a05.pdf>.

FONSECA, Cláudia. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 769-783, set./dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/sWXrBHJ39z7hK9SSGQ4SZgH/abstract/?lang=pt>.

GELL, Alfred. "Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria". In: Appadurai, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. 225p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. DOI:

<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.369434>.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

LOBO, Andréa. **A família em Cabo Verde**: uma perspectiva antropológica. Revista de Estudos Cabo-Verdianos, Praia, v. 4, p. 99-114, 2012a.

LOBO, Andréa de Souza. Vidas em Movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: J. B. DIAS, & A. d. LOBO. **África em Movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012b.

LOBO, Andréa de Souza. **Tão Longe Tão Perto**. Famílias e "movimentos" na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde. Edição revista. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, junho/ 2002. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbkbgsfQD7ytJ/?lang=pt>

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MEDINA MARTINEZ, Mariana. A realidade do mundão: uma narrativa sobre a sociedade e a produção da desigualdade. **Campos** - Revista de Antropologia, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 25–43, 2011.

DOI: 10.5380/cam.v12i2.30616. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/30616>.

MARTINEZ, Mariana. Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

PEIRANO, Mariza. **A Favor Da Etnografia**. Relume-Dumará. Rio de Janeiro, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

ROMANO, Patrícia. **Moradores de rua** - uma trajetória de lutas, desafios e ruptura de seus vínculos sociais com o mundo do trabalho e o da esfera familiar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – UniFMU, São Paulo, 2001.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. “A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais”. In: **A rua em movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Belo Horizonte-MG: Didática Editora do Brasil, 2012.

SILVA, Hélio. R. S; MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio Fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

WESTON, Kath. **Families We Choose**: Lesbians, Gays, Kinship. New York: Columbia University Press, 1997.